A INSTRUÇÃO MILITAR: UMA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA? *

Alain Ehrenberg **

1. Uma obediência sem imposições?; 2. O exército inofensivo; 3. O arsenal das democracias; 4. Conclusão.

Desde o final dos anos 60, instituiu-se o uso de uma fórmula genérica: o enunciado de uma autonomia da pessoa que constituiria, na cultura política, o escolho de todos os poderes. Ela seria uma preciosa pérola de "antipoder" que é necessário preservar a todo custo dos perigos que a ameaçam – alegres oásis da democracia nos desertos dos totalitarismos. De algum modo, os direitos do homem em atos. Divisão binária em que se vê uma autonomia portadora de todas as "libertações" constituir a alternativa a uma docilidade obtida pela imposição ou pela ideologia. A autonomia, a referência à autogestão, que visa pôr em causa as imposições hierárquicas tradicionais, dando a cada um os meios de dirigir a sua própria vida, é hoje o nó central do pensamento político de todas as tendências da esquerda.

O consenso a propósito deste tema-chave faz esquecer a sua ambigüidade. Desta forma, e para falar rapidamente, o modelo neoliberal se estrutura, também ele, em torno desta noção, procurando aliviar as cargas burocráticas e responsabilizar os indivíduos. Dever-se-á resolver a questão atirando o neoliberalismo para a nebulosa da ideologia, das crenças enganadoras? Não nos podemos contentar com uma resposta tão fraca. É mais pertinente interrogar aquilo que se tornou, senão um estereótipo cansativo, pelo menos uma noção, no mínimo, equívoca. A interrogação sobre a noção de autonomia coloca-nos imediatamente no coração do paradoxo democrático, que pode ser representado sob a forma de um espaço político em que se confrontam a linha vertical da autonomia, da distribuição hierárquica dos lugares, numa palavra, das dominações, com a linha horizontal da igualdade dos cidadãos perante o poder, a justiça, etc., isto é, do "direito das pessoas".

* Tradução de Maria Antonia Reis; revisão técnica de Irene C. de Medeiros Portela e Carlos B. Guisard-Koehler.

** Doutor (3e cycle) em sociologia pela Universidade de Paris X – Nanterre; pesquisador no Institut de Recherche et d'Information Socio-Économique (IRIS) da Universidade de Paris IX – Dauphine, e professor de sociologia na mesma universidade; autor de *Le corp militaire. Politique et pédagogie en democratie.* Paris, Aubier, 1983.

Está fora dos nossos propósitos empreender aqui uma análise geral das maneiras de resolver este confronto, de descodificar o estatuto filosófico da autonomia ou de contar a sua história. É mais instrutivo seguir um fio condutor aparentemente paradoxal: o do soldado e da pedagogia que o forma. Ele nos permitirá compreender como as estruturas de comando mais autoritárias são levadas, concretamente, a servir-se da (ou mesmo, a construir a) autonomia na própria prática da obediência. Pretendo mostrar, através deste procedimento, que a autonomia é um elemento necessário de qualquer relação de poder e que há, conseqüentemente, *uma parte* de ilusão na sua invocação *a priori*. A autonomia faz *também* parte da disciplina. Ela é, sem dúvida, o modo privilegiado de exercício da autoridade nas sociedades constituídas sobre o individualismo.

O soldado não é somente um instrumento de repressão interior, de conquista exterior ou de defesa do território nacional; ele representa a tentativa de fundar uma *economia concreta da liberdade* no lugar mesmo onde a ausência de liberdade é determinante. Digamo-lo sem rodeios: as mais brilhantes vitórias militares não se ganham somente nos campos de batalha; elas conquistam-se também na constituição duma arte política da relação humana, na qual, desde a aprendizagem do passo cadenciado até o domínio do combate, se desenha uma sociabilidade do confronto que não é outra coisa senão o percurso do cidadão.

Tomemos o lugar-comum segundo o qual "o exército é a escola da democracia". Encaremo-lo seriamente, isto é, tomando-o como verdadeiro. Isso implica descobrir na instituição militar uma prática pedagógica que faz dela uma escola democrática, no sentido literal do termo. Essa prática é o treino do soldado: situação que lhe ensina simultaneamente a combater e a obedecer. Há na aprendizagem militar do combate um modelo de funcionamento político, que pode ser considerado como uma grelha de leitura das relações do indivíduo com o poder em democracia. A análise política e institucional das ligações entre o sistema político e o sistema militar mostrou bem o papel do exército na formação e na consolidação das instituições políticas democráticas. Muitos autores insistiram sobre a importância do recrutamento, do alargamento da base social de recrutamento dos soldados e dos oficiais, etc. Contudo, falta a questão essencial das ligações entre a organização da relação política e a prática cotidiana que envolve o soldado. Donde a questão: como é que a obediência do soldado materializa esta relação política? Tratar-se-á, de forma mais geral, de compreender, através do exemplo do soldado, as práticas através das quais se experimenta a construção desta relação no próprio corpo social.

1. Uma obediência sem imposição?

Após a guerra de 1870, e segundo a expressão de Georges Darien, o exército francês não quer mais ser "uma escola de servilismo". A disciplina deve ser *ati-*

va. O que significa que ela deve deslocar para o executante a responsabilidade da aplicação das ordens dadas. Denfert-Rochereau define-a, em 1872, na Assembléia Nacional: "A obediência é natural, mas o que não se desenvolve naturalmente é o princípio da responsabilidade individual. Assim, quando uma ordem é dada a um inferior, é necessário que ele seja também responsável e, portanto, que ele tenha o direito de exercer, no que diz respeito aos detalhes, a sua iniciativa individual."[1] Uma abundante literatura desenvolve este tema, que goza de um certo consenso, entre os militares franceses. A necessidade de obter executantes responsáveis toma corpo, pouco a pouco, na regulamentação, até se tornar um dogma que se mantém desde a Grande Guerra. A disciplina deixa de ser apenas a execução literal das ordens, sem hesitação nem murmúrio, e na qual a reclamação só é permitida ao inferior depois dele ter obedecido (esta definição é retomada por todos os regulamentos do serviço interno durante todo o século XIX); para se tornar, como o prescreve, em 1917, essa bíblia do comando que é o *Livro do oficial subalterno:* "Um dever de homem livre... Ele (o soldado) deve esforçar-se para adquirir a virtude de se submeter à disciplina por si mesmo, espontaneamente, sem a intervenção de qualquer imposição."

Uma obediência sem imposição? Tradicionalmente, não cabe ao exército defender tal discurso. É, preferencialmente, a psicologia que, com a sua promoção do relacional, defende este modelo. Contudo, enganamo-nos. Afirmação ideológica, então? Não. No seu treinamento *(dressage)* – empreguemos o termo tradicional – o soldado não encontra apenas a onipotência de um mestre, figurada no desconto impressionante de suas servidões e no número de seus superiores hierárquicos, mas uma relação educativa na qual a relação de poder atinge os seus próprios limites. A saber: a plenitude do poder individual, na qual o poder se converte numa obediência soberana. Esta é, talvez, a regra de todas as relações pedagógicas em democracia. Porque a relação do poder em democracia não é somente marcada por uma nova divisão da sociedade entre aqueles que comandam e aqueles que executam, ela é também marcada por uma mesma tática que visa ao poder e à obediência de cada um, e na qual a autonomia do indivíduo não é senão a prova da sua docilidade. Não se trata de uma nova fórmula da dialética do senhor e do escravo, mas de uma vontade de abolir os termos dessa dialética numa nova figura que se constrói a partir das virtudes quer de um quer de outro.

Contudo, os militares franceses, entre a Restauração e o fim do Segundo Império, tinham-se interessado, essencialmente, em transformar o soldado numa simples máquina de obedecer, sem qualquer capacidade de iniciativa. É, portanto, necessário analisar as condições que os levam a privilegiar o tema da responsabilidade e a mudar de prática pedagógica.

[1] Apud Serman, W. Denfert-Rochreau et la discipline dans l'armée française, 1845/1854. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine,* jan. mar. 1973.

Tracemos, antes do mais, o cenário.

1871. Não são mais Valmy e Austerlitz que brilham sobre o exército, mas sim Sedan: a humilhação. A hora não é propícia à contemplação maravilhada do glorioso passado militar da França. A derrota é a ocasião para fazer transformações fundamentais no interior do sistema militar francês. A guerra franco-alemã marca o fim do exército permanente profissional, que tinha sido reinstaurado em 1818. Os Gambetta, os Pelletan, os Ferry, os Grévy, etc. – esses radicais e republicanos que durante muito tempo personificaram o novo regime – viam nele um exército de pretorianos, pronto para o golpe de Estado, apto somente para servir aos interesses de um homem providencial nos seus objetivos de conquista – por exemplo: as campanhas do México (desastrosa) e da Itália (os soldados franceses ocuparam Roma até o fim do Império) – mas incapaz de fazer uma guerra nacional. A guerra que terminava fornecia-lhes a prova. Os republicanos pensavam que só o serviço militar universal – que, de qualquer forma, levará trinta anos a instituir – podia fornecer os meios de uma defesa nacional correta. Logo após o seu nascimento, a República dirigia-se ao exército da seguinte forma: "Soldados! (...) Nós não estamos no poder, mas no combate. Só temos um objetivo, uma só vontade: a salvação da pátria pelo exército e pela nação, agrupados em torno do glorioso símbolo que, há oitenta anos, fez recuar a Europa. Hoje, como então, o nome da República quer dizer: união íntima do Exército e do povo, para a defesa da pátria."[2]

A referência à Revolução Francesa e à carga simbólica da nação em armas, por si só, não chega para explicar as transformações de que o soldado e a sua pedagogia foram objeto, e isto tanto mais que a hierarquia militar, na sua maioria, será, durante muito tempo, hostil à República.

De fato, são exigências internas ao funcionamento do exército que vão obrigar, tecnicamente, à reorganização da sua pedagogia. Elas situam-se em dois níveis estreitamente ligados: os modelos de obediência e as táticas de combate.[3]

Dois modelos de obediência, difundidos em França durante o século XVIII, funcionaram, concorrentemente, no século XIX. Quais são eles?

1.1 O combate impossível, ou o soldado à procura de sua obediência

O primeiro modelo via no soldado, exclusivamente, uma máquina de obediência, que era necessário dobrar sob o jugo absoluto da disciplina. Aparecido no

[2] *Journal Officiel de la République Française*, Paris, 6 sept. 1870.

[3] Seria também interessante ter em conta as modificações que afetaram as representações médicas da força e da resistência física. Sobre este aspecto do problema, ver Ehrenberg A., *Le corps militaire. Politique et pédagogie en démocratie.* Paris, Aubier, 1983.

século XV, organiza a instrução das tropas na Prússia, durante o reinado de Frederico II e é importado pela França depois da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). É o *drill* * – treinamento automatizante, massificante. Para que se compreenda bem a emergência desta técnica de obediência, é necessário traçar o esquema – tipo de uma batalha no século XVIII. Para os contemporâneos há dois aspectos: o fogo e o choque. Aquele prepara este. Mas, aos olhos dos militares, é o choque que é primordial, já que é ele que traz a decisão, apesar do aumento do poder do fogo. Os soldados aprendiam, evidentemente, a disparar, mas o treinamento propriamente dito visava a levá-los ao choque. As formações de combate eram muito densas para que a vigilância fosse mais fácil: a primeira fila era empurrada pela segunda, e assim por diante; os soldados eram vigiados pelos militares encarregados de manter as fileiras cerradas; sua função era a de restabelecer constantemente o ombro-a-ombro e, em caso de necessidade, a de disparar sobre os fugitivos.

Este sistema funcionou até a invenção de espingardas, que fez progredir a eficácia do fogo. A partir de então, a cavalaria, tradicionalmente destinada à ofensiva, muito dificilmente podia atacar; a infantaria, disposta, de batalha em batalha, em linhas cada vez mais estendidas, só dificilmente pode efetuar o assalto. De fato, esta formação tática, conhecida pelo nome de "formação em linha", expunha-se perigosamente ao fogo inimigo. Há uma formação complementar, de ataque em coluna, chamada "formação em profundidade ou em coluna", mas que não permite usar eficazmente o fogo. Surge então um problema tático de difícil solução e que vai obcecar toda a hierarquia militar até a Revolução: como passar da formação em linha à formação em coluna debaixo de fogo inimigo? As dificuldades de manobra do exército tornam-se o principal obstáculo do combate. Aliás, as verdadeiras batalhas são raras até a Guerra dos Sete Anos: a maior parte das vezes assiste-se a uma sucessão de marchas e contramarchas.

Frederico II começa a resolver o problema utilizando uma formação oblíqua, que consiste em levar sobre uma parte das hostes inimigas a elite das suas próprias tropas, enquanto que o resto se encontra fora de alcance. A manobra tem como função reagir rapidamente ao adversário impedindo-o de modificar a sua formação de batalha. Esta transformação inaugura a guerra moderna, procurando concentrar as tropas num ponto das linhas inimigas, de forma a ter aí a vantagem do número. Esta tática era extremamente arriscada, na medida em que o exército manobrava praticamente em bloco e qualquer confusão nas tropas se

* N. do T. O autor distingue entre *dressage e drill: Dressage* – treinamento militar voltado para o aperfeiçoamento dos soldados. O foco está nos soldados, cujo bom desempenho é considerado a base do bom desempenho coletivo.
Drill (manteve-se no texto o termo inglês original) – treinamento militar, tipo "ordem unida", massificante, de tradição prussiana, mas com prosseguimentos até hoje, que visa à formação de autômatos, capazes de obedecer sem pensar. A unidade de referência não é o soldado, mas o grupamento, ao qual está ligado, que deve atuar e manobrar como um só homem.

podia revelar fatal. Não era ainda conhecido o princípio divisionário,[4] que permitiria fracionar as linhas numa série de organizações relativamente autônomas e, conseqüentemente, manobrar muito mais rapidamente. Era, portanto, necessário ter soldados dotados de uma docilidade desconhecida até aí, que obedecessem cegamente: deviam estar fundidos às fileiras, tal como o pelotão ao batalhão e o batalhão na linha. O obstáculo de manobra resolvia-se através de uma maior firmeza disciplinar, dum excesso de obediência que mantinha, a qualquer preço, o soldado no seu lugar. Tal é a razão pela qual aprender a marchar em cadência equivalia, desde Frederico II, a saber bater-se. Porque o objeto desta instrução não era o domínio do combate, mas sim a capacidade de ficar debaixo de fogo inimigo sem qualquer vacilação.

1.2 Contar com as suas próprias forças

O segundo modelo nasce do cruzamento de debates político-militares sobre o recrutamento e a instrução das tropas a partir dos anos de 1770-1780.

Entre a derrota frente à Prússia e o fim da Guerra dos Sete Anos e 1789, o exército francês faz o seu *aggiornamento:* no momento em que vai eclodir a Revolução, ele está já profundamente reorganizado pela administração real. De qualquer forma, a política militar é objeto de vivas críticas da parte de reformadores como Guibert, que será Secretário do Conselho de Guerra em 1787, ou Joseph Servan, que foi Ministro da Guerra no início da Revolução. Que dizem estes reformadores? Que as nossas constituições militares são viciosas, que elas levam a recrutar as camadas mais vis da sociedade através de um sistema degradante – *racolage*, o recrutamento forçado * – e que, em tais condições, a obediência só se obtém pela força ou pelo dinheiro; que os nossos governos não recrutam cidadãos, porque têm medo de que, armando-os, eles se revoltem contra os abusos que os oprimem. Em resumo, que a organização militar é demasiadamente importante para ser considerada exclusivamente em termos militares. Se perdemos guerras, tal não se deve ao fato de termos maus estrategistas, mas ao fato de termos más constituições políticas que nos enfraquecem. A guerra é uma arte governamental antes de ser o objeto de estratégias militares. É o teor da relação política que deve organizar a arte da guerra. Num caso como noutro, é necessário saber "manobrar 100 mil homens, assim como 10 mil."[5] Para fazer a guerra – uma "verdadeira" guerra, decisiva, sem apelo, e não uma guerra em "rendilhados" –, é necessário forjar um povo manobrável como um exército. Não se deve ver nesta vontade a defesa e a ilustração da tirania, já que, como clama

[4] De que o Conde de Guibert foi um dos primeiros teorizadores, *Essai général de tactique.* Londres, 1772. Reeditado em Conde de Guibert. *Stratégiques.* Paris, L'Herne, 1977.

[5] Conde de Guibert. *Essai général de tactique.* op. cit.

* N. do T. *Racolage* – recrutamento forçado. Tipo de recrutamento, comum no século XVIII, que supunha vantagens pecuniárias e onde, freqüentemente, se empregava também coações físicas.

Guibert, a tirania faz com que "necessariamente as nações atribuam menor interesse às guerras. A querela que se agita não é a dela."[6] Que, pelo contrário, a querela do governo seja a delas, que todos se levantem contra inimigos do povo, que cada cidadão seja, potencialmente, um militar; isto materializa uma relação das populações com a autoridade política que se chama mobilização geral.

Sabe-se a extensão que tomou a mobilização que, anteriormente, designava a passagem do pé de paz ao pé de guerra, no campo político. Ela significava, em particular, que o direito de combater devia pertencer, tal como a soberania, ao povo inteiro, e não ser mais um fato exclusivo do príncipe. As diferentes requisições votadas a partir de 1793, tal como a lei Jourdan que instaurava a conscrição em 1798, serviram de suporte concreto a esta política. É a razão pela qual entre o cidadão e o soldado não há diferença de natureza, nem mesmo de condição. Na política revolucionária a guerra vai tornar-se, em certa medida, o eixo de uma pedagogia da potência: a escola da democracia. É uma verdadeira gestão das relações da potência com a potência[7] que se inaugura com os debates pré-revolucionários sobre o soldado-cidadão.

Se o discurso político democrático predispunha à instauração de uma outra maneira de obedecer, o elemento catalisador vem da prática militar. A saber: a aparição de novas táticas de combate, que consistiam no uso maciço de um tipo de soldado pouco utilizado anteriormente: o atirador livre. Estes soldados encontravam-se na situação fantástica de serem levados a combater *sem* vigilância hierárquica. Deviam, portanto, possuir, em total contradição com a tradição militar, capacidades de iniciativa que não existiam nas batalhas clássicas do século XVIII.

Os atiradores livres constituíam uma infantaria ligeira, mais móvel que a infantaria dita de linha. Aperfeiçoados pelo Marechal de Broglie, em 1760, apareciam um pouco por toda parte nos combates a partir de 1793. Colocados na dianteira da frente ou nas alas, tinham como missão sair atirando, com o fim de desguarnecer as linhas adversárias. Aproveitando os acidentes do terreno, combatiam em "formação dispersa", disparando à vontade e não em salvas regulares, em função do seu próprio parecer, sem esperar nenhuma ordem. Foram sistematicamente utilizados nas "pequenas guerras". Estes numerosos combates, em que se confrontavam centenas de combatentes nas ruas, nos pequenos bosques, etc., utilizaram a metade dos efetivos dos soldados da Revolução.

Fato notável, o uso maciço dos atiradores livres não foi o produto de um raciocínio tático sobre a batalha. Foi instituído por razões de conjuntura. De fato, as

[6] Id. Ibid.

[7] Sobre este tema ver a reflexão de M. Blanchot a propósito de Sade, em *L'Entretien infini*. Paris, 1969.

guerras revolucionárias viram combater massas de homens incomparavelmente mais numerosas que nas guerras precedentes. Só que a presença de várias centenas de milhares de recrutas, bem como a emigração de uma parte dos oficiais, tornava difícil, senão impossível, o treinamento clássico para a maior parte dos homens. Aos olhos dos militares da época, o combate dos atiradores livres necessitava apenas de uma instrução das mais sumárias, cujo essencial era a aprendizagem do tiro. A impossibilidade de preparar longamente o soldado levou à utilização maciça dos atiradores livres: pela força das coisas, ela foi a tática das tropas pouco instruídas.

Paradoxalmente, a eficácia dos atiradores livres mostrou a importância decisiva do fogo. Ele deixou de ser apenas uma imposição negativa, aquilo contra o que um exército se devia proteger através de sábias manobras, para ser o elemento central do combate, aquilo que faz a decisão. Tal foi a lição que dele tiraram Dumouriez, em Jemmapes, e Jourdan, em Fleurus. É ainda o fogo dos atiradores livres que permite conquistar uma posição em certos momentos do combate. No final das guerras revolucionárias, e durante as do Império, a mesma tática foi empregada, apesar dos progressos feitos na instrução e da acumulação de um capital de experiência pelos soldados. É certo que não há uma unanimidade sobre este ponto. O *Regulamento de manobra da infantaria*, redigido em 1791, antes da eclosão das guerras, organiza a infantaria em duas partes: a linha, feita para combater à arma branca ou disparar por salvas, e os atiradores livres. Numerosas batalhas se desenvolveram com esta organização tática, não somente nos últimos anos do século, mas ainda durante a guerra de 1870. Ela é, além disso, o dogma de todos os regulamentos militares até 1875. Ainda será necessário esperar muito tempo até que se compreenda que o choque é coisa rara e que, conseqüentemente, o soldado deve ser, antes de tudo, um atirador livre.

Se, até o Termidor, as regras disciplinares tradicionais não foram postas em causa, e isto de forma muito variável, segundo os exércitos; se elas se filtraram com o espírito republicano (única maneira, segundo Saint Juste, de obter a vitória), a utilização dos atiradores livres abriu uma brecha na forma de encarar a disciplina na instrução do soldado. O combate em formação dispersa, absolutamente necessário no caso dos atiradores livres, tornava difícil a sua sobrevivência. Esta dificuldade implicava *tecnicamente* a construção de um modo de disciplinarização diferente do utilizado pela infantaria de linha nos seus combates clássicos em formação cerrada (oblíqua, em coluna, etc.). A passagem à formação tática dispersa, individualizava o soldado, que devia reencontrar as qualidades tradicionais do guerreiro. Era, portanto, necessário obter um militar capaz de iniciativa, de julgamento pessoal e, simultaneamente, perfeitamente dócil; era-lhe necessário saber comportar-se no combate sem a presença de uma imposição hierárquica: a capacidade política do cidadão devia substituir uma instrução necessariamente longa. Ela era a chave da sua obediência. Desta forma,

importantes modificações táticas foram possíveis, através duma transformação radical do recrutamento. Nestas condições, o treinamento militar devia deixar de ter como único objetivo o fundir o soldado ao seu lugar, debaixo de fogo inimigo, o impor uma disciplina baseada exclusivamente na presença de chefes; mas sim o de forjar "cidadãos infatigáveis, que possam contar consigo próprios e ter essa coragem que é o sentimento das suas próprias forças e sem o qual bem pouco partido se tira dos homens".[8]

Tal foi o atirador livre: uma experiência, sobre o soldado, das virtudes republicanas; a tentativa de fundar uma pedagogia da autonomia, no próprio lugar onde a obediência é o mais importante dos deveres. A guerra, que desde há muito marcava os homens com o poder absoluto da disciplina, tornava-se, por uma ironia tática, a arma da sua libertação.

2. O exército inofensivo

A partir da Restauração, o cenário muda completamente. A noção de obediência parece polarizar o essencial das preocupações militares. Elas apontam quase todas na mesma direção e instituem um dogma que permanece quase inalterado até o final do Segundo Império: o da obediência passiva, cega a tudo, menos à hierarquia.

A pedagogia parece desaparecer com o fim da conscrição. A Restauração e os regimes que se lhe seguiram, põem em funcionamento um sistema militar bastante diferente. As sombras da Revolução e do Império constituem o pano de fundo da política militar e confundem-se numa guerra travada, ininterruptamente, desde 1793 até 1815. A "odiosa" conscrição é imediatamente acusada, pois simboliza "a modalidade natural do despotismo e da democracia", como o proclama vigorosamente Chateaubriand em 1818, quando dos debates sobre a lei do recrutamento. O exército deve ser reorganizado de forma tal que não seja, nem o exército do golpe de Estado, nem o da canalha. A constância do tema anticonscricional produz uma desconfiança relativamente aos exércitos numerosos. Teme-se que a nação armada seja o rastilho da guerra civil e da ditadura. Na impossibilidade de um desarmamento geral da Europa, resignam-se a possuir um exército permanente, mas não muito poderoso, com um serviço longo (que variará entre 6 e 8 anos, sem contar com as remobilizações). O número dos recrutados é determinado pela lei, e aqueles que têm a má sorte de ser chamados, podem, por meio de dinheiro, ser substituídos.

[8] Servan, Joseph. *Le soldat-citoyen.* Paris, 1780.

O soldado, escreve o Tenente-General* Lamarque "é um espartano que condenais a viver no meio das delícias de Persópolis".[9] Destoa na sociedade porque está isolado no seu quartel. Que se faz dele, dentro dessas tristes paredes? A descrição de Lamarque é característica: "Mal entra no quartel, para onde chamadas múltiplas o fazem voltar freqüentemente, imediatamente encontra as regras claustrais. O despacho de 13 de março de 1818 lá está para o envolver nesses mil laços. Gostam (...) de sobrecarregar a sua obediência de ordens minuciosas e constantemente renovadas: a cada passo encontra um chefe, que acha sempre algum reparo a fazer ao seu penteado, à sua postura, à sua farda, à sua arma, que ele gasta à força de polir".[10] Sobrecarregado pelo serviço: tal é a imagem do soldado aos olhos dos contemporâneos. A vida militar é a ordem, o tédio, a resignação. Os testemunhos são abundantes e concordam todos sobre este tema. O exército fecha-se sobre si mesmo e, por baixo do uniforme, o soldado não tem qualquer sonho ou projeto. É o tempo do desencantamento. Das grandezas militares só subsistem as servidões.

Um antigo marechal do Império, Marmont, indica-nos o papel reservado à pedagogia militar, esclarecendo assim o aparente absurdo da condição do soldado: um homem "cuja farda esteja suja – escreve – bate-se, sem dúvida, tão bem quanto um outro cuja farda é perfeitamente correta; mas, menos exato no cumprimento dos seus deveres cotidianos, será, provavelmente, menos submisso à voz do seu chefe".[11] Somente a obediência passiva permite "domesticar os homens e adestrá-los no cumprimento dos deveres", escreve o conde Morand, e junta esta fórmula definitiva: "A salvação do Estado depende da obediência passiva (deles)".[12] Esta obediência sem limite e sem falhas, este respeito religioso da subordinação, deve eliminar qualquer relação homem a homem nas relações hierárquicas, já que se obedece, antes de mais, como subalterno da hierarquia. Justiça ou injustiça, eficácia ou ineficácia, nada disto tem qualquer relação com aquele que legitima uma ordem. De fato, ele não tem nenhuma norma que o guie, já que tem que se referir exclusivamente a si próprio para ensinar os outros a obedecer; e isto de forma tanto mais absoluta, quanto é absurdo o fundamento sobre o qual assenta.

* N. do T. Tenente-General – é equivalente, no Brasil, a General-de-Divisão. A equivalência com a hierarquia militar brasileira não é, entretanto, exata. "Lieutenant-Général des Armées du Roi" é um "título que se *dava* aos generais-de-divisão da antiga monarquia francesa". É, portanto, uma categoria diferente da de General-de-Divisão do Exército Brasileiro, inteiramente operacional, inclusive.

9 Lamarque, M. *De l'esprit militaire em France, des causes qui contribuent à l'éteindre, de la nécessité et des moyens e le ranimer.* Paris, 1826.

10 Id. Ibid.

11 Marmont, L. *De l'esprit des institutions militaires.* Paris, 1846.

12 Lt.-Gal, Conde de Morand. *L'armée selon la Charte.* Paris, 1829.

Tentam, portanto, construir uma verdadeira máquina de obedecer, e com sucesso. Assim, os críticos militares da derrota de 1870 nunca puseram em causa a indisciplina dos soldados franceses, mas sim a insuficiência da estratégia e da tática, ou, ainda, os erros desta concepção disciplinar.

Qual a razão desta invasão do tema da obediência passiva até o início dos anos 1870?

A-A. Hargenvillier, que foi chefe-de-divisão subordinado à conscrição de 1789 a 1814, escrevia que o serviço militar é "um imposto em homens".[13] A expressão terá vida longa. Aqueles a quem o Estado pode impor financeiramente, não têm que pagar fisicamente. O serviço militar é o imposto das classes pobres, isto é, perigosas. Em troca da sua incapacidade financeira, o exército torna-as úteis, experimentando sobre elas técnicas de obediência que servem para extirpar a sua "periculosidade". Sucintamente, é esta a função social da obediência passiva, mas ela tem, sobretudo, uma função propriamente militar.

Este fascínio dos militares pela obediência passiva é condicionado pelas concepções que dirigem a ordem das batalhas. A doutrina caracteriza-se pela recusa do combate disperso, e pela crença indestrutível nas manobras e no ataque em massa, que não requerem nenhuma iniciativa por parte dos soldados. Os atiradores livres limitam-se a um papel secundário. Só com a guerra da África se redescobre a sua eficácia, mas só contra exércitos considerados como multidões indisciplinadas. É necessário esperar por março de 1831 para que um novo regulamento de manobras preveja o seu emprego (isto é, 40 anos depois do de 1791). Só é aplicado em 1840, quando é decidida a criação de batalhões de caçadores a pé, infantaria ligeira de atiradores livres. Somente em 1845 terão um regulamento especial. Só nos anos 1860, o seu ensinamento é estendido ao resto do exército. Além disso, os redatores do regulamento de 1862 desculpam-se de ter introduzido o "passo de ginástica" (mais rápido que o passo cadenciado), que "é suscetível de prejudicar a precisão dos movimentos e a sua regularidade".

Este formalismo exprime a suspeita que pesa sobre o combate dos atiradores livres. Um militar afirma-o bastante bem: "Se [o treino dos atiradores livres] familiariza o soldado com o perigo, ele rapidamente prejudica a disciplina, por causa da independência que lhe deixa [ao soldado] e do hábito que ele contrai de agir longe da vista dos seus chefes".[14] O exército tem isto por essencial. Con-

[13] Hargenvillier, A. -A. *Recherches et considérations sur la formation et le recrutement de l'armée en France.* Paris, 1817.

[14] Charpentier, A., *Catéchisme du soldat. Notions d'histoire et d'art militaire.* Paris, 1874. O autor é um antigo oficial instrutor de Saint-Cyr.

seqüentemente, o temor de ver o soldado escapar à vigilância polariza a instrução, muito mais que a aprendizagem eficaz do combate.

O princípio divisionário (que permitia, recordemo-lo, o fracionamento das tropas), multiplicando as possibilidades de manobra, serviu apenas, no pensamento tático francês, para aperfeiçoar o velho sonho prussiano de um exército funcionando como uma máquina móvel. Pois parece que, para os militares que redigem os regulamentos, a manobra é o combate. Este deriva mecanicamente daquela, como se o soldado não tomasse parte no confronto, passivo como o tipo de obediência do qual ele não é senão um veículo de transmissão. Um dos raros militares a ter uma visão crítica desta concepção, o Marechal Renard, viu perfeitamente este aspecto: "Não basta fazer mexer um batalhão, é também necessário fazê-lo agir e combater e, quanto a este aspecto, o regulamento [trata-se do de 1831, mas a análise é igualmente válida para o de 1861] é, não só insuficiente, mas completamente mudo; as relações mais simples, mais íntimas do combate não são previstas."[15]

Mesmo as transformações tecnológicas em matéria de armamento, no início da década de 1850 – particularmente o carregamento da espingarda pela culatra – quase não tiveram conseqüências na tática e na instrução até o final do Segundo Império. Contudo, elas foram imediatamente compreendidas por certos oficiais.

Este código de obediência, elaborado por "fanáticos da arte", segundo as palavras do General Trochu, não é um código de combate; ele é feito para impedir que o soldado crie problemas: é o pobre que se policia através do uniforme. Porém, em breve, um outro regime de combate será elaborado, integrando a autonomia no próprio ato de obedecer.

3. O arsenal das democracias

Há, entre a autonomia do indivíduo e a possibilidade dum "saber-combater", uma relação das mais estreitas. Não há domínio de uma relação de forças físicas sem autonomia individual.

A prática da autonomia, que começa a desenvolver-se na pedagogia militar a partir do fim do século XIX, é, de fato, a chave de um código de combate, sem a qual ele não poderia existir. Se a democracia é, não só reconhecimento, mas também colocação do conflito como motor social, pode avançar-se a hipótese segundo a qual os mecanismos educativos de tal sociedade tentariam forjar um tipo de indivíduo capaz de suportar uma sociabilidade organizada sobre o confronto. Permitir o confronto, mesmo sem estar em guerra, é, efetivamente, um dos nós da política democrática. E é talvez o que condiciona a ambigüidade do

[15] General Renard. *Considérations sur la tactique de l'infanterie en Europe.* Paris, 1857.

soldado: fixá-lo no combate, sem o fazer sair da sociabilidade. Neste sentido, o militar personifica a arte do combate aplicada à gestão da relação política em democracia. Ele é o eixo em torno do qual se constitui uma sociabilidade do confronto. Porque agora já não é um ser passivo que o treinamento militar procura construir, mas sim um indivíduo combativo, uma potência calma. Os seus procedimentos visam a destruir aquilo que cada um tem em si de hostilidade contra o bom funcionamento da sociedade – covardia, indecisão, fraqueza, violência; resumindo: tudo o que pode corromper a sociabilidade – e transformar esta potencialidade prejudicial na capacidade política do cidadão. A pedagogia militar assumiu, em grande parte sem querer, esta pesada tarefa.

3.1 Disciplina militar, disciplina nacional

"A guerra, fim supremo dos exércitos, é somente uma forma acidental do estado de luta em que vivem os diferentes povos."[16] Os republicanos procuraram uma regeneração da relação social através de uma democracia articulada sobre um discurso de guerra. E necessário que digamos: "A República não é uma almofada sobre a qual nos possamos adormecer!"[17] A aprendizagem do combate é o meio de uma aprendizagem da cidadania: o exército, que levantou um dos grandes debates desde a III República até a Grande Guerra, torna-se uma das apostas essenciais na difusão do ideal democrático e uma das cadeias de transmissão organizacionais que permitem estabelecer a República sobre bases sólidas. Neste plano, ele ocupa o mesmo lugar que a escola. Eles não são mais que o corpo do Estado no seio do povo.

É na emergência deste quadro político-cultural que são votadas as leis de 27 de julho de 1872 sobre o recrutamento, e de 24 de julho de 1873 sobre a organização do exército. A lei de 1872, que simbolizou na consciência dos contemporâneos o regresso à nação-em-armas, foi uma lei de compromisso. Os parlamentares – de maioria conservadora, não nos esqueçamos – reduziram a questão da nação-em-armas e do soldado-cidadão à questão da igualdade das cargas militares entre os franceses, isto é, da duração do serviço, questão que ocupa a maior parte dos debates. Thiers, que só acreditava no exército de profissão, queria sete anos e os republicanos, três. Ora, um serviço militar universal, convocando todos os homens duma certa faixa etária, não podia funcionar com uma duração longa, por razões econômico-demográficas. Os parlamentares decidem então instituir um serviço de cinco anos com dispensas importantes. Serão precisos mais de 30 anos para instaurar um verdadeiro serviço militar universal: a

[16] Cap. Demongeot. *Citoyen et soldat.* Paris, 1905.

[17] Macé, Jean. *Conférence de Gagny sur les sociétés d'instruction militaire,* 14 jan. 1883. Apud Chambat, P. Les muscles de Marianne – Gymnastique et bataillons scolaires dans la France des années 1880. In: Ehrenberg, A. ed. *Recherches Aimez-vous les stades? Les origines des politiques sportives en France (1870/1930), avr. 1980.*

lei de 1889 reduz a duração a três anos; a de 1905, a dois anos[18] e suprime enfim todas as dispensas. A diminuição da duração do serviço tem conseqüências fundamentais na instrução do soldado. Por um lado, ela impede o lento trabalho do exército, que moldava o indivíduo à sua conveniência: o treinamento deve ser econômico, tanto do tempo do soldado, como do oficial; por outro lado, a instrução militar não deve mais procurar fabricar autômatos, mas tornar-se o instrumento duma moralização pública. A sociedade militar e a sociedade civil não devem mais ser separadas pelo fosso da liberdade, mas ser organizadas num *continuum* disciplinar, já que, segundo as palavras do General Trochu, "a disciplina do exército cria a disciplina da nação". Difundir o espírito militar na nação e o espírito republicano no exército são os dois temas que dominam a nova política militar. De um ao outro se agencia uma concepção do treinamento que se orienta deliberadamente para uma noção de disciplina ativa. Este regresso a uma visão da disciplina tal como ela tinha sido definida no final do século XVIII foi, ao mesmo tempo, condicionado pelas transformações táticas que afetaram o funcionamento das batalhas. Os acontecimentos militares do fim do Segundo Império e a guerra de 1870 tinham mostrado o caráter inoperante, até mesmo perigoso, da obediência passiva, bem como a necessidade de se estender a preparação do atirador livre ao conjunto da infantaria.

3.2 As transformações do combate e os seus efeitos sobre a técnica da obediência

Na batalha de Magenta, 1859, utilizaram-se pela primeira vez fuzis raiados que permitiam um fogo contínuo e tornavam, portanto, perigoso qualquer ataque em formação cerrada. Logicamente, a organização tática dos atiradores livres, bem como o seu treino, deveria ter sido generalizada ao conjunto da infantaria. Não foi o caso na França. O regulamento de manobra de infantaria de 1862 é praticamente idêntico ao de 1831. Na verdade, o regulamento de 1869, do qual só uma parte apareceu antes da Guerra Franco-Alemã, alargava a toda a infantaria a prática de combate dos atiradores livres, mas não se tiraram de tal fato todas as conseqüências. Os chefes do exército francês pensavam que a potência destas novas armas de fogo tornava a estratégia defensiva mais eficaz que a ofensiva – esta foi a lição que tiraram da vitória prussiana contra os austríacos em Sadowa, em 1866. A ofensiva continuou a ser considerada de forma clássica, quer dizer, não se modificou a organização tática das tropas em matéria de assalto: ele estava preparado para o fogo dos atiradores livres e dos batalhões dispostos em linhas; estes, depois, agrupavam-se em colunas, enquanto que os atiradores livres continuavam a dizimar a frente adversária – reconhece-se aqui a divisão tradicional entre o choque e o fogo. O inconveniente deste sistema era obrigar os batalhões a manobrar – a passar das linhas às colunas – sob o fogo inimigo. Compreendeu-se, depois da guerra, que teria sido necessário, não ma-

[18] *Volta a ser de 3 anos em 1913.*

nobrar, mas sim, atacar em formação dispersa, com uma infantaria inteiramente distribuída na formação tática dos atiradores livres. O Coronel Ardant du Picq, cujos *Estudos sobre o combate* contribuíram muito para a renovação da doutrina militar francesa a partir dos anos 1880, resumiu perfeitamente estes novos aspectos: "o aperfeiçoamento excessivo dos engenhos", escrevia, "não permite mais, por assim dizer, outra ação que não seja a individual, no combate".[19]

É, portanto, uma "descentralização" do combate o que se começa a preconizar nos anos 1870. O regulamento de 1875 consagra a impossibilidade do assalto em formação cerrada: a unidade de combate deixa de ser o batalhão, para passar a ser a companhia, que deve agir com certa independência. Donde a importância que se dá à iniciativa dos oficiais de grau inferior, capitães e sargentos, que conhecem bem os homens da tropa, a sua moral, as suas capacidades de resistência, enfim, o que eles são capazes de dar e aquilo que se lhes pode pedir em qualquer momento. A partir de então, o combate em formação dispersa implica conceber e forjar uma disciplina que deixe de precisar necessariamente da vigilância constante dos soldados, da presença física contínua da hierarquia, neste momento essencial em que as tropas estão ao alcance do adversário e em que "o soldado está, doravante, abandonado a si mesmo".

Estas transformações levam a uma situação tal que o combate deixa de ser concebido exclusivamente como uma série de belas manobras dirigidas pela alta hierarquia: a direção do combate não permite mais "regulamentar, de maneira formal, os procedimentos de combate ou de marcha sob o fogo", escreve, em 1906, o Coronel de Grandmaison, um dos Jovens-Turcos do Estado-Maior. "A maior iniciativa deve ser deixada aos executantes. Cada caso exige uma solução particular..."[20] Donde resulta uma conseqüência fundamental para a relação entre o soldado e o combate: ele não está mais no "exterior" do combate, empurrado pela vigilância, movido pela massa. O combate pertence-lhe taticamente. O soldado está envolvido no combate por uma nova dimensão relacional que o obriga a geri-lo com uma certa autonomia. Isto fica perfeitamente legível nos textos militares. A potência de combate das tropas já não reside no contato físico dos corpos que formam uma massa, mas na solidão voluntária de um novo tipo de soldado: *o combatente isolado.*

O objetivo do treinamento militar é "regular", dominar a ação individual, de forma a facilitar, tanto quanto possível, a duração da ação sem perder com isso o benefício da ação pessoal de cada combatente.[21] É concebido como uma "disciplinarização", que economiza a vigilância no momento do combate.

[19] *Etudes sur le combat.* Paris, 1880. Este texto foi escrito pouco antes da guerra de 1870, durante a qual o Coronel Ardant du Picq foi morto.

[20] Cor. De Grandmaison. *Dressage de l'infanterie en vue du combat.* Paris, 1906.

[21] Cap. Gilfon, *Le nouveau soldat du service obligatoire* Paris, 1873.

3.3 O combatente isolado, ou a prática militar da autonomia

O destino do exército está, doravante, ligado ao da democracia, mesmo apesar do fato de a hierarquia militar continuar, ainda durante bastante tempo, hostil à República. Esta ligação não é marcada pelas posições políticas de uns e de outros, mas sim pelas técnicas de disciplina ativa, pelos procedimentos que forjam um indivíduo combativo, que modelam "uma obediência tanto mais absoluta, quanto mais voluntária."[22]

A partir de então, a instrução do soldado exerce-se, contudo, em dois níveis:

1. o do exercício individual com vistas ao combate que transforma a função hierárquica. O instrutor já não é somente um chefe que dá ordens em nome dum regulamento, ou a materialização da hierarquia, mas um educador cujo papel é simultaneamente militar e social;

2. o da aprendizagem da disciplina coletiva da tropa. Não basta forjar um homem potente, é igualmente necessário que essa potência seja potência de inserção social. Efetivamente, se o combate tem tendência a individualizar-se, se ele assenta sobre pequenos grupos, ou sobre soldados cada vez mais isolados fisicamente, ele continua a ser, taticamente, uma obra coletiva. Não se abandona, portanto, o antigo sistema disciplinar fundado sobre o bom alinhamento das tropas. Muda-se-lhe a função: seu objetivo é ensinar o soldado a agir, no interior da célula elementar da infantaria, o grupo de combate, individualmente em proveito da coletividade.

É à escola do soldado que é reservado o papel de construir a articulação entre o soldado e o grupo. Esta escola consiste num ensino progressivo, que compreende a instrução individual do soldado, e, depois, a tropa (instrução em formação cerrada combinada com a formação dispersa). Se a primeira ensina o soldado a comportar-se, a marchar, a disparar, etc., o objetivo da segunda é "habituar os soldados a conformarem-se instantaneamente à vontade do seu chefe e preparar assim a tropa para os exercícios de combate. Os exercícios são executados todas as vezes que tal seja possível, sem ordem ou aviso, a um simples sinal do chefe, em quem os homens devem ter os olhos constantemente postos."[23]

[22] Coronel Ebener *Conférences sur le rôle social de l'officier*, 1901. Um homem como Lyautey, por exemplo, muito próximo do ultraconservador Albert de Mun, militará, desde muito cedo, a favor deste tipo de disciplina. Contudo, é a "República radical" que o fará adotar na regulamentação. As posições políticas dos oficiais têm pouca relação com o debate obediência ativa/obediência passiva.

[23] *Livre du gradé*, 1905.

3.4 Ensinar a autonomia, ou como educar sem assustar

A aprendizagem da iniciativa passa pelo estabelecimento de uma pedagogia, na qual cada soldado se vê colocado, na extremidade da cadeia educativa, em posição de ser o seu próprio educador e, ao mesmo tempo, o dos seus camaradas.

Nos escritos militares, a importância da iniciativa individual ordena-se em torno de quatro temas:

1. *Aprender a corrigir-se sozinho:* os regulamentos recomendam que não se comece mais a instrução dos jovens conscritos por trotes agressivos, pois já não são as classes perigosas que são chamadas ao serviço, mas sim o povo. Por exemplo, não se deve "tocar" nos homens, a não ser nos casos de absoluta necessidade.

Aprender a corrigir-se sozinho significa banir os métodos que obrigam a uma imitação servil e apelar para a inteligência do cidadão. O ensino deve ter, aos olhos do convocado, um objetivo concreto. É necessário que "isso" lhe fale. A ligação entre o caráter concreto dos exercícios e a educação da capacidade de discernimento é sublinhada na *Instrução* de 5 de setembro de 1905 sobre o serviço em campanha: *"É necessário desenvolver a reflexão e o julgamento. Com esta finalidade evitar-se-á ensinar sem mostrar, através dos fatos, a realidade daquilo que se ensina; apontando,* por assim dizer, *as razões das medidas ou das disposições tomadas* [sublinhado no texto]. Proceder-se-á metodicamente tendo o cuidado de nunca deixar em abstrato nem o terreno, nem o inimigo."

2. *Sair do quartel:* o quartel é cada vez mais considerado como uma instituição deplorável, quer do ponto de vista da higiene, quer do da educação. Donde a recomendação de exercitar, sempre que possível, os recrutas em locais variados, onde possam aprender todas as situações do combate. Aí o instrutor ensina a forma de utilizar os acidentes do terreno, em todas as táticas e formações regulamentarmente possíveis. Ele ensina, por exemplo, os soldados a distinguirem bem entre os esconderijos que os podem dissimular aos olhos do inimigo, mas que não detêm as balas (vedações arborizadas, arbustos, vegetação alta), daqueles que constituem um abrigo seguro. Mostra-lhes a maneira de os utilizar convenientemente: como se descobrir o menos possível continuando sempre a disparar; como se colocar nos fossos ou nas trincheiras para disparar; nas elevações; etc. Todas as situações de combate são encaradas. Estas instruções tal como as grandes manobras que as coroam, seriam, na opinião de numerosos observadores, bastante apreciadas pelos soldados e pelos oficiais, dado que rompem com a monotonia da vida no quartel.

3. *Fazer do oficial um educador* e não somente um dirigente de homens. É o tema do papel social do oficial, desenvolvido por Lyautey num artigo espetacular pu-

blicado na *Revista dos dois Mundos* em 1891. Uma circular de 5 de outubro de 1905 indica em que é que ele consiste concretamente: "Um meio simples, mas no entanto muito eficaz, que se oferece ao educador, consiste em tomar os pequenos fatos da vida cotidiana para, a propósito deles, extrair 'a lição das coisas'. A atualidade do exemplo vivido dá bastante alcance a este tipo de ensino: uma falta quanto à disciplina, uma punição por embriaguez, um delito, um ato de coragem ou de dedicação constituem outros tantos assuntos de debate. Com isso o oficial cria entre si e os seus homens uma outra ligação, diferente da obediência passiva e sem discussão."

Se o artigo de Lyautey o fez ser enviado para a Indochina, o fato é que, desde o início do século XX, são editadas circulares ministeriais que apontam no sentido por ele desejado. Elas visam à organização de salas de leitura, de recreio, de representações teatrais, à realização de um programa de educação física, de lições de história, de conferências sobre os perigos do alcoolismo e das doenças venéreas.[24]

4. *Aumentar a resistência física dos conscritos:* até a virada do século XX, os exercícios físicos só são justificados na regulamentação pela necessidade de domesticar o soldado e por vaguíssimas considerações higiênicas. O Regulamento sobre a instrução da ginástica, de 22 de outubro de 1902, é já bem mais loquaz quanto ao papel atribuído à educação física: "O objetivo da educação física é o de dar ao soldado a maleabilidade e o vigor necessários para a fácil execução dos movimentos da instrução militar; de lhe elevar o moral, inspirando-lhe confiança em si mesmo; enfim, de aumentar a sua resistência e de o tornar assim mais apto a suportar os cansaços e as privações da guerra."

Os desportos ingleses (introduzidos pelo mesmo *Regulamento...*) constituem uma real inovação na pedagogia militar. Por um lado, inscrevem-se na vontade de tornar a educação do soldado mais atrativa; por outro lado, a prática pedagógica que eles utilizam põe em primeiro plano a noção de autonomia, em estreita ligação com o desenvolvimento das atitudes combativas dos conscritos. Um capitão sublinhou bem este duplo aspecto num artigo publicado em 1920: "Aquele que conhece as capacidades do esporte, dispõe duma alavanca maravilhosa para variar o treino guerreiro. Pode, simultaneamente, excitar as emulações individuais (...) e levar os ardorosos a sacrificarem um sucesso pessoal ao sucesso geral. Ele permite-lhe desenvolver o desprezo da dor e o espírito combativo (...); ele pode avaliar certos caracteres que não se mostram nas fileiras, mas que, aí, revelam a sua autoridade; ou, pelo contrário, fazer ceder certos fanfarrões, com medo dos golpes."[25]

[24] Ver Girardet, Raoul. *La société militaire dans la France contemporaine, 1815/1939.* Paris, 1953.

[25] Cf. La crise de l'autorité et l'armée future. *Etudes*, 1920.

Estes jogos de exercício estimulam os combatentes, estimulando o confronto. Não são senão uma vasta pedagogia do confronto, na qual os soldados aprendem a se disciplinar por si mesmos e voluntariamente. Pois que aqui não é a hierarquia quem obriga a obedecer, mas as imposições do jogo em grupo e as regras da competição.

Desta forma, os esportes e os jogos desenvolvem a iniciativa de cada um, reforçando paralelamente a coesão dos grupos: "Eles exercem uma ação moral incontestável, dão entusiasmo e alegria, desenvolvem no homem a iniciativa e o espírito de solidariedade e completam de forma satisfatória o efeito dos exercícios metódicos" [isto é, da ginástica].[26] Tornam a disciplina mais leve, mesmo completando os seus efeitos. É um trabalho sobre a relação pedagógica que torna menos pesada a vigilância do instrutor, favorecendo a expressão de uma espontaneidade imediatamente disciplinável graças ao jogo: "Do ponto de vista educativo, a submissão às regras fixadas para cada um dos jogos, é uma excelente preparação para a observação das prescrições regulamentares por parte do soldado chamado a agir fora da vigilância imediata dos seus chefes."[27] O espírito desportivo substitui a vigilância hierárquica para que cada um aprenda a contar com as suas próprias forças.

3.5 O drill *em nova versão*

O treinamento individual foi objeto, nas reflexões dos oficiais sobre a instrução dos soldados, de maior atenção que o *drill:* mais novo, mas também mais sutil, ele apela para a inteligência de toda a gente, permite testar novas formas de comando, construir novas relações sociais, etc.. Valoriza a competência dos escalões médios, da hierarquia militar. A obra *Questões de filosofia militar,* do Capitão Ripert d'Alauzier, indica-nos claramente qual é o novo objeto do treinamento coletivo: "Todo segredo de uma preparação racional para a guerra e, no seu desenrolar, de uma instrução judiciosa, consiste, portanto, em respeitar a medida exata entre a disciplina da formação [isto é o *drill*] e o desenvolvimento da iniciativa individual. Os dois termos estão muito longe de se excluírem. Completam-se reciprocamente; a iniciativa sem a solidariedade só produz a impotência, assim como a compressão exagerada das personalidades na rigidez do alinhamento substitui o organismo vivo e atuante por uma máquina inerte. Acrescentaríamos: procedem um do outro e na ordem em que os enunciamos."[28]

[26] *Livre du gradé,* 1905 p. 310.

[27] Id. Ibid.

[28] Cap. Ripert d'Alauzier. *Questions de philosphie militaire. Propos d'un officier d'infanterie.* Paris, Nancy, 1911.

A antiga disciplina não deve ser colocada no rol do esquecimento, onde jazem os procedimentos arcaicos. Bem pelo contrário, ela é alimentada no treinamento da iniciativa. É possível que esta disciplina da formação seja tecnicamente inútil no campo de batalha – já não se avança para o inimigo em formação cerrada – mas, ao mesmo tempo, ela é indispensável para lembrar, por um lado, que o soldado é fundamentalmente o paradigma da obediência, e, por outro, para criar o laço organizacional que serve para produzir a coesão da tropa. Era já este o papel dos jogos, que procuravam produzir esta coesão através do desenvolvimento da iniciativa. O *drill* completa-os, mas através de procedimentos que exercitam o soldado a obedecer maquinalmente, imediatamente e sem discussão. O *Regulamento de manobra da infantaria* de 3 de dezembro de 1904, di-lo sem ambigüidades no seu artigo primeiro: "O serviço a curto prazo impõe a obrigação de desenvolver a disciplina da formação e de fortificar os sentimentos de solidariedade da tropa por meio de uma sólida instrução de detalhe e pela prática de movimentos executados com uma precisão rigorosa." Além disso, todos os exercícios, quer se trate da escola do soldado, da tropa, do pelotão, da companhia, etc., são precedidos e concluídos por movimentos coletivos em formação cerrada. O artigo 38 do citado *Regulamento de manobras* prescreve que "cada exercício é precedido de um ajuntamento, que deve ser executado prontamente e em silêncio. O ajuntamento é seguido da chamada e da inspeção da farda, das armas e das cartucheiras. Estes movimentos servem para fazer com que os conscritos partilhem de uma situação inferior comum, eixo da construção de uma solidariedade entre cada um. Por detrás da humilhação de cada um, é à camaradagem dos homens que se visa. E. -M. Remarque resumiu perfeitamente o papel propriamente positivo que joga a humilhação no treino militar: "Na verdade, todos nós experimentamos às carradas como se pode esconder qualquer delicadeza no pátio de um quartel, e muitas vezes gritamos de raiva. Vários dentre nós estiveram doentes e, Wolf até mesmo morreu com uma pneumonia; mas nós ter-nos-íamos sentido ridículos se tivéssemos capitulado. Tornamo-nos duros, desconfiados, impiedosos, vingativos, brutos; e foi uma boa coisa, porque essas qualidades nos faltavam. Se nos tivessem enviado para as trincheiras sem este período de formação, a maior parte de nós teria, sem dúvida, enlouquecido. Mas, assim, estávamos preparados para o que nos aguardava. Não fomos destruídos, pelo contrário, adaptamo-nos. Os nossos 20 anos, que nos tornavam tão difíceis muitas outras coisas, serviram-nos para isso. Mas o mais importante foi que um firme sentimento de solidariedade despertou em nós, na frente, originando em seguida o que a guerra produziu de melhor: a camaradagem."[29]

Esta série de pequenas ignomínias cotidianas, que fazem parte da aprendizagem do soldado, não visa quebrá-lo, mas sim adestrá-lo, testando a sua consistência. A ignomínia, portanto, endurece e torna solidário. Ela é o grau zero duma construção da sociabilidade nos pequenos grupos. O sargento auxiliar tem um papel

[29] Remarque E.-M. *À l'Ouest rien de nouveau.* Paris, Le Livre de Poche.

mais vasto que o da personagem besta e má que as pessoas se divertem a descrever. É ele quem, na sua prática cotidiana de "canalha" institucional, molda contra si a coesão do grupo, que será tão preciosa no momento do combate e que permitirá a outros tirar dela os frutos. Prestemos uma homenagem merecida a esta personagem central da instrução militar.

4. Conclusão

Em si mesma, a autonomia não é portadora de libertação, tal como a disciplina não o é do totalitarismo. Em si mesma não contém qualquer germe de revolta. Se quisermos ficar na problemática teleológica dos "germes", poderíamos igualmente inferir da autonomia o homem novo, o *goulag*, etc., tal como o liberalismo republicano da disciplina. O exemplo da instrução militar mostra-o muito bem: a disciplina é também uma forma de obter a autonomia. Mais que considerá-la como um operador mais ou menos subversivo – com toda a imprecisão que envolve este termo –, como o fim do fim de qualquer possibilidade revolucionária, após a desqualificação da mitologia revolucionária; ao invés de apoiar-se sobre ela, com o risco de só encontrar o frio do betão; seria necessário questioná-la, apreender-lhe os contornos, submetê-la de alguma forma a uma clarificação que a tornasse mais fluida. E se a autonomia nem sempre fosse o que escapa ao poder? E se ela não fosse aquilo que ele tenta quebrar sem descanso, mas, ao contrário, um dos meios do seu exercício? Talvez ela deva ser vista, não como a premissa da subversão, mas como a prova da sociabilidade de cada um. A autonomia não é nem necessária nem objetivamente uma coisa que prejudica um poder. Tecnologicamente, no sentido mais moderno do termo, ela permite o comando dos comportamentos à distância.

"Muito bem", dir-se-á, "mas enfim! O soldado não participa de maneira nenhuma da tomada de decisão; a sua margem de autonomia é uma das mais reduzidas; portanto, a sua conclusão baseia-se em provas insuficientes." De fato, não se deve ceder à tentação de substituir a autonomia-escolho-de-todos-os-poderes pela autonomia pertencente por natureza ao "Poder", impossível de ser concebida em termos de revolta ou de recusa. (Em outras palavras: deslizar mecanicamente da autonomia-obstáculo para a autonomia-correia de transmissão.) Qualquer estratégia autogestionária estaria, assim, derrotada à partida, "recuperada" pelo "Poder". Se assim fosse, só se teriam mudado os termos da argumentação, salvaguardando a problemática.

Aqui, trata-se de mudar de problemática, de inscrever a autonomia e seus dois enunciados (correia de transmissão e obstáculo) nos mecanismos de poder, de procurar a sua matriz comum: a autonomia é um dos termos da relação-de-poder e não o seu Outro. Não é porque ela faz parte do seu exercício que ela não pode ser usada como ponto de apoio de formas de resistência.

A autonomia faz funcionar uma economia mínima de liberdade, sem a qual o combate seria tecnicamente impossível. Ela não pode, portanto, ser considerada como o momento em que o poder dos que comandam rui diante da resistência dos que obedecem, porque é também uma maneira de "conduzir as condutas" – para retomar a expressão de M. Foucault.

A partir do momento em que a pedagogia militar se torna domínio atestado duma relação de forças, ela instaura, no próprio tecido social, através de um movimento que atravessa a distribuição hierárquica dos lugares, uma relação muito atual do indivíduo com a autoridade (política ou não): uma relação de potência a potência onde se estruturam os limites do poder de cada um e, simultaneamente, as relações de cada um com todos os outros, sem ser necessária a intervenção de um poder superior.

A prática da autonomia, essa verdadeira economia do corpo combatente, concretiza, talvez, esse sonho, que pertence especificamente à nossa modernidade, de um poder que se exerce sem dor sobre indivíduos que se dominam a si próprios. Ela supõe que o funcionamento do poder não seja somente analisado em termos da invocação do chefe ou em termos de uma divisão exclusiva entre os que comandam e os que obedecem, mas também na relação que visa a tornar uns e outros poderosos e obedientes. Nunca desconfiaremos demasiado da ilusão que assimila hierarquia e poder. Nem Deus, nem chefe: a fórmula anarquista não pode representar uma estratégia séria de abolição da dominação, já que ela funda todo o poder nas sociedades democráticas.